
QUEM PRECISA DE EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA?

Uma discussão sobre o papel dos professores no combate ao racismo e a discriminação em sala de aula

Diego da Costa Vitorino^(*)

RESUMO

Pense num cursinho pré-vestibular no Brasil. Apesar de os cursinhos serem algo tão corriqueiro na vida dos estudantes brasileiros que pretendem ingressar nas universidades públicas e privadas, a análise demonstrou que eles são o palco da disputa política da população afro-brasileira para alcançar os bancos universitários. O trabalho apresenta a proposta político-pedagógica do "Cursinho Pré-Vestibular para Negros e Carentes" elaborada por professores e coordenadores da ONG Fonte, cuja principal meta é a inserção dessa população no ensino superior. A pesquisa desvela que a capacitação dos educadores para o trabalho com a questão do combate ao racismo, acaba criando uma pedagogia antirracista, muito atenta aos atos de discriminação e preconceito em sala de aula.

Palavras-chave: Ação afirmativa, cursinhos pré-vestibulares, racismo.

Este trabalho procura orientar a análise de pesquisadores e a prática de educadores preocupados com a implementação da Lei 10.639/03, que institui o ensino da História Afro-brasileira e a Cultura Africana nas redes de ensino do país. Tal lei recebeu alterações que culminou na recente Lei 11.465/08 que torna obrigatório também o estudo da história dos povos indígenas e sua cultura. Apesar da existência das leis há alguns anos, os trabalhos de pesquisa e a prática em sala de aula ainda têm sido insatisfatórias e essa omissão corrobora comportamentos racistas presentes em nossas instituições. Por ser uma pesquisa que parte do prisma da sociologia da educação, é fundamental esclarecer que a escola é compreendida como o espaço central dos arranjos sociais e culturais e por isso deve ter sua prática investigada.

Inicialmente, apresentarei uma série de dados coletados numa pesquisa de mestrado¹ defendida em dezembro de 2009. São relatos de professores e coordenadores que, após participarem de capacitações e refletirem sobre a questão racial e sua relação com a educação, buscaram desenvolver propostas de combate ao racismo e ideologias racistas vigentes em sala de aula. Após a reflexão sobre os dados da pesquisa, retomo a bibliografia produzida por pesquisadores brasileiros acerca da educação antirracista a fim de elucidar melhor as contradições que professores e pesquisadores devem se debruçar.

^(*) Mestre em Educação Escolar pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (Unesp).

¹ *O Cursinho Pré-Vestibular para Negros e Carentes da ONG Fonte* (Araraquara, SP) à luz dos debates sobre o racismo e a cultura negra. Araraquara, SP: Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, 2009.

Apesar de uma visão pessimista sobre a eficiência da escola no trato da questão cultural no Brasil, a pesquisa demonstrou que as capacitações do corpo docente e dos dirigentes da entidade, através de constantes palestras e oficinas, acabaram por criar outra postura pedagógica nos professores do cursinho pré-vestibular da ONG Fonte (Araraquara, SP)².

Na ocasião da pesquisa, busquei na etnografia a sustentação teórico-metodológica para o trabalho e o Diário (ou Caderno) de Campo se constituiu numa importante ferramenta de registro das informações coletadas. Como na etnografia, procurei registrar sistematicamente as informações passadas por uma significativa parcela de pessoas que trabalhavam nos projetos desenvolvidos pela Fonte. O foco da pesquisa, no entanto, foi a proposta político-pedagógica construída pelo corpo docente do cursinho pré-vestibular da entidade criado em 2003. Em especial, foi analisada a práxis da equipe de trabalho através da participação nas reuniões dos “jovens-professores”³ que atuam no *cursinho* (coordenador geral, coordenador pedagógico, coordenadores de núcleo e professores).

Uma das principais metas do cursinho pré-vestibular da entidade é inserir os jovens estudantes da cidade nas universidades do estado de São Paulo. Essa é de fato a principal estratégia política do projeto. Na passagem abaixo a coordenadora geral do projeto fala sobre tal proposta:

A gente trabalha muito com a ideia da universidade como um caminho, principalmente para o afrodescendente, para o negro, que é minoria dentro da universidade... Têm algumas famílias e grupos étnicos onde não existe essa possibilidade de não ir para a universidade. Os japoneses, por exemplo. Minha mãe já trabalhou em casa de japoneses, não tem um que não foi para a universidade. Pode ser classe média e classe média alta não têm essa ideia de não ir para a universidade. Só a universidade que vai fazer ele [o negro] ter uma melhora pensando na condição social. Quanto maior a sua escolarização, melhor a sua posição social. Mas esse é um lugar estratégico que a elite, a classe alta quer. Sabe que é local de construção de poder, de conhecimento. É o lugar onde a gente tem que estar.

O ponto de vista expresso pela coordenadora geral do projeto elucida prontamente o objetivo do cursinho que é coordenado pedagogicamente pela entidade e financiado a partir de parcerias instáveis com vários órgãos públicos ligados às áreas da educação dos níveis municipal, estadual e

² Fonte (Frente Organizada para a Temática Étnica): entidade não governamental reconhecida pelos trabalhos com a população negra e carente, com sede em Araraquara, cidade de médio porte do interior do estado de São Paulo, fundada em 22 de agosto de 1817.

³ Há que se destacar que no geral, o corpo docente da entidade é composto por jovens profissionais de diferentes áreas que veem nessas entidades a possibilidade de atuação política em nossa sociedade. Pode-se também afirmar que esse perfil é o comumente encontrado no espaço das ONG's brasileiras.

federal⁴. A observação do cotidiano de um cursinho pré-vestibular pelo viés treinado da etnografia foi aprofundado com entrevistas semidiretiva – orientadas pela teoria sociológica.

As entrevistas puderam captar a prática pedagógica dos docentes envolvidos no projeto e culminou numa rica coleta de dados sobre como o racismo opera em sala de aula e elucida também como deve ser a postura pedagógica antirracista que muitos professores podem adotar.

a proposta do cursinho pré-vestibular da ONG Fonte se diferencia dos cursinhos comerciais porque inclui na sua proposta pedagógica um conjunto de capacitações para professores que versam sobre a história da população afrobrasileira e da cultura africana, além de oficinas pedagógicas e culturais para os discentes envolvidos nos projetos. Temas como o racismo, a questão indígena e agrária, a discriminação, a violência no âmbito doméstico, vestibular e as cotas, além de política, entre outros, são introduzidos no âmbito da sala de aula para incitar a discussão nos alunos. Geralmente os professores trabalham com textos, poucas pesquisas na internet, livros da biblioteca da entidade ou jornais a fim de iniciar a discussão de temas que pouco está na pauta dos vestibulares. A proposta se diferencia porque nas escolas em geral pouco se fala e se faz com relação à obrigatoriedade das leis acima expressas. Sobre esse problema o professor de gramática da Fonte explica:

Eu gosto muito de conversar com professores de história, geografia, e vejo que alguns não têm nenhuma preocupação. Estão preocupados com globalização, com aquecimento global, com a crise imobiliária nos Estados Unidos.

A passagem demonstra a realidade de uma grande parte das escolas com relação ao racismo e aos conhecimentos valorizados nos currículos escolares. A culpa, entretanto, não deve cair sobre a área das ciências humanas (nessas áreas a proposta da lei deve ser mais bem articulada a fim de produzir um efeito positivo na mudança de comportamentos racistas e ideológicos), mas outras áreas também podem ajudar nesse processo.

É fato que os apostilados ou livros escolhidos como instrumentos didáticos quase sempre ignoram a questão (quando não reforçam ideologias sobre o assunto) e pouco colaboram para elucidar a real história da população afrobrasileira e das culturas africanas para os estudantes do ensino fundamental e médio. Dada essa realidade estrutural das redes escolares, os professores tornam-se, portanto, os principais responsáveis por colocar o tema dentro da sala de aula.

⁴ As parcerias na maioria das vezes ajudam a ampliar a pequena atuação das ONG's em nossa sociedade, em contrapartida, acabam também minimizando a autonomia de seus projetos político-pedagógicos.

Os trabalhos podem ser desenvolvidos isoladamente ou de forma interdisciplinar, guardadas as limitações das diferentes áreas. Nas exatas, o trabalho pode ser introduzido a partir da leitura e interpretação de tabelas e gráficos sobre a desigualdade escolar, salarial ou outros assuntos correlatos ao tema que se propõe focar no debate.

As ciências humanas podem complementar, ou melhor, questionar os dados e aprofundar a questão no âmbito histórico e geográfico. No caso da especificidade das línguas é possível abordar o tema a partir da leitura de diferentes gêneros textuais. Nas ciências biológicas, é fundamental a discussão da evolução das espécies a partir da teoria de Darwin e seu suporte para o “darwinismo social” e suas problemáticas, principalmente, os estudos da genética e suas conclusões sobre raça.

O professor de matemática do cursinho pré-vestibular dá um exemplo de como o tema transversal pode aparecer em exercícios, que além de trabalhar com algumas habilidades específicas da disciplina, discute e propõe o debate sobre a desigualdade salarial e social dos brasileiros entre os alunos. Na ocasião o professor relata como integrou o tema a um exercício de matemática. Ele explica:

A mulher negra pra ela entrar na universidade, ela tem uma porcentagem de sucesso ao nascer. Aí eu perguntava pros alunos. Qual a probabilidade de uma mulher negra que nasceu hoje, entrar na universidade daqui a um certo tempo? Era um exercício baseado nisso, e tinha uma questão que eu também trabalhei bastante. Foi a questão do salário, por exemplo, na mesma função uma mulher ou um negro ganha 67% a menos. Por exemplo, de duas pessoas, um homem branco e uma mulher negra, contratados para um mesmo emprego. Se o homem branco vai ganhar 10.000 reais, quanto a mulher negra vai ganhar? Esse tipo de coisa é possível criar, para que os alunos consigam enxergar a desigualdade salarial.

Nessa passagem, o professor deixa claro que há grande preconceito com a área das exatas e demonstra que é possível trabalhar com esse tema transversal na sua disciplina. Mas é de fato nas disciplinas da área das ciências humanas que o trabalho tem maior repercussão. Veja como o outro professor de redação do cursinho pré-vestibular da ONG Fonte aborda o tema do racismo em sua aula:

A gente pode tratar o racismo como tema. Por exemplo, em aula de redação você pode tomar o racismo como tema de uma redação e os alunos vão escrever sobre isso. Mas eu, pelo menos, não tenho preparado uma aula temática sobre o racismo. Na verdade, dentro do material que eu trabalho com eles tem várias situações do cotidiano. Textos que tratam de situações do cotidiano e textos que são pertinentes à discussão do racismo. Se, por exemplo, nós estamos com uma coletânea de textos para falar sobre

padrão de beleza, nessa discussão a gente discute o padrão de beleza do negro. Não é só o tema da beleza. Por exemplo, é inevitável falar sobre desigualdade social e não falar porque determinadas camadas da população tem dificuldades de reverter uma situação como essa e, outras, não. Então, são várias as situações em que cabe a discussão. E ela surge, não toda semana ou todo mês. Mas ela está sempre surgindo. Então, ela não é programada. Pode ter acontecido quatro vezes na aula de língua portuguesa no primeiro semestre. Eu não sei quantificar.

O que se pode observar é que os professores constroem estratégias pedagógicas antirracistas diferenciadas para combater a discriminação e fazer os alunos refletirem sobre o assunto. A questão do combate ao racismo e a valorização da cultura afro-brasileira não fica apenas na sala de aula. Outros projetos são desenvolvidos pelos professores e contribuem para a implantação dessa proposta da ONG Fonte. A coordenadora pedagógica do projeto fala sobre o impacto dessas atividades na mudança de postura dos alunos:

Não é somente na sala aula. Se esse conhecimento vira uma prática cotidiana, a gente sai do cotidiano com aquelas ideias de preconceito e quando a gente chega dentro de uma sala de aula, a gente tem a oportunidade de tomar contato com informações e conhecimentos mais aprofundados. Aí, quando a gente voltar para o nosso cotidiano a gente tem a oportunidade de discutir isso. Essa é uma ação transformada. É esse o objetivo que a gente tem lá na ONG é de transformar esses alunos não só na cabeça. Transformar suas ações, as atitudes. Aí a gente sente que outros recursos são necessários. Somente ali na sala de aula não dá. Então o sarau é um deles, onde a gente sempre propõe que os alunos promovam alguma coisa. Desde teatro, música, poesia, o *Caipirafro* ou a festa junina.

Esse trecho da entrevista procurou evidenciar a necessidade de atrelar a proposta pedagógica às atividades culturais, como as festas populares, os saraus, palestras, oficinas, entre outras. Ao relatar o trabalho desenvolvido nas oficinas ocorridas em 2006 e 2007 para os professores, além de dirigentes e alunos do cursinho pré-vestibular da ONG Fonte, a coordenadora geral conta que sistematicamente a entidade propunha atividades que rediscutissem a importância da cultura negra e da história do continente africano.

É possível, portanto, observar uma função social das capacitações na valorização da cultura afro-brasileira. Apesar de todo esse trabalho desenvolvido pelo corpo docente, que coordena e leciona no cursinho pré-vestibular da entidade, o preconceito e as ideologias ainda estão presentes nas relações entre os alunos.

No trecho selecionado da entrevista da professora de redação, é possível observar como as atitudes racistas aparecem em sala de aula. Ela diz: *O racismo aparece porque continuam dizendo*

“*cabelo ruim*”. São nessas ocasiões, em que o assunto aparece quase que espontaneamente, que o professor deve agir, debatendo assuntos que tentam mudar os valores estéticos dos seus estudantes.

O professor de matemática cita outras situações ocorridas em colégios em que também leciona. O fato ocorreu numa escola privada de Araraquara, diz o professor:

Eu vou dar um exemplo... “professor o seu cabelo é ruim?” Eu falo, meu cabelo não é ruim. Eu uso pouco pente, mas “quem disse que eu tenho que pentear meu cabelo?”. “Eu vou dar um exemplo, meu cabelo eu posso deixar um *black power*, eu posso trançar o meu cabelo, eu posso fazer isso que vocês estão vendo. E como meu cabelo pode ser chamado de ruim?” “Ele fez alguma coisa pra você?” Aí eles falam: “É, pensando por esse lado, realmente seu cabelo não é ruim”. Então, tem esses tipos de situação que a gente tem que saber lidar dentro da sala de aula.

Nesta passagem fica clara a reação do professor diante da postura racista de seu aluno. É comum uma postura agressiva contra o racismo. Essa postura “agressiva”, entretanto, deve ser estabelecida pelo diálogo e embasada pela real história da população afrobrasileira no Brasil. Em quase todas as entrevistas realizadas, os professores assumem que o racismo existe na sala de aula e ele é combatido eficazmente em alguns casos. Há inúmeras situações do cotidiano escolar em que os professores devem estar atentos em como se constrói as relações sociais entre os alunos e o restante da comunidade escolar. O mesmo professor, cita outro exemplo em que o preconceito e as ideologias se reproduzem na escola. Nessa ocasião, o professor relata uma experiência ocorrida na mesma escola e demonstra um olhar atento para o imaginário criado sobre os africanos e seu continente. O professor conta que foi indagado por um aluno:

“Professor na África não tem comida?” Eu falei: “Tem, tem pessoas que comem e tem problemas de fome também. Por quê?” “Por causa do cartaz que eu vi”... “Mas o urubu come a criança?”...“Aconteceu mesmo isso? É verdade?”

Você tem que tomar cuidado, que isso aí, é o que a televisão mostra pra vocês, estereotipando a África, lá também tem cidades que estão se desenvolvendo muito, países como a África do Sul.

Como se pode observar, os professores acabam captando melhor o preconceito e as ideologias racistas. Neste trecho é possível observar o impacto causado pelas imagens que se referiam preconceituosamente ao continente africano nos cartazes afixados na parede do colégio e que acabaram criando um imaginário negativo sobre o continente africano entre os alunos para os quais o professor dava aula.

A principal consequência desses preconceitos e ideologias introjetadas é o processo de discriminação dos afro-brasileiros e sua história em nossa sociedade. E esse racismo acaba sendo reproduzido no ambiente escolar.

O desfecho do evento citado pelo professor de matemática é muito significativo. Sua intervenção na sala de aula acabou desencadeando a retirada de tais cartazes dos murais. Neste sentido, as entrevistas fornecem dados que reforçam a proposta pedagógica antirracista da entidade. Tal sua eficiência que ela é capaz de identificar facilmente e combater a disseminação de preconceitos no ambiente escolar. Didaticamente outro professor de gramática e redação explica como ocorre o racismo. Sobre isso, ele conclui:

Tem o cara verde e azul. Não vamos nem falar em branco e preto, mas verde e azul. Como eu acho que todas as pessoas de azul são pessoas calmas, pessoas bacanas de trabalhar, eu não vou contratar as pessoas verdes. Eu só vou contratar pessoa azul, porque eu já tenho preconceito contra as pessoas verdes.

A passagem demonstra as duas faces do racismo: preconceito e discriminação. O preconceito se refere às ideias pré-concebidas ou valores sobre certos grupos sociais que tentam naturalizar diferenças sociais e culturais. A discriminação é a outra face do racismo, é o ato de desumanizar outro grupo social a partir de uma suposta hierarquia racial, utilizando para isso a falsa negatividade de alguns traços fenotípicos ditos “raciais” – por isso o termo corriqueiro no Brasil “cabelo ruim”.

Segundo Guimarães (1990), o racismo sugere de modo geral que a natureza possa determinar aspectos individuais ou socioculturais. Por isso, pode-se concluir que raça não se refere a nenhuma diferença física e classifica os indivíduos através de critérios ambíguos, pautados em teorias racialistas do século XIX. Ou seja, racismo é uma forma de naturalizar a vida social e explicar as “diferenças pessoais” (sociais e culturais) como naturais. É pensar que as pessoas devam *reagir a condições climáticas ou sociais de uma certa maneira “predita” por uma identidade social, independentemente de uma história de vida e da competição física e orgânica dos dois indivíduos* (GUIMARÃES, 1990, p. 10).

Veja como outro professor elucida essa questão do imaginário negativo e das ideologias acerca da população afro-brasileira e a importância das capacitações na reversão das ideologias criadas:

Depois das capacitações, serviu – não só pra mim como professor, mas pra vários professores – para perceber como a sociedade fez para perpetuar essa condição [de exclusão]. Mostrar quais foram os recursos de desvalorização da imagem do negro.

Quer dizer, não foi só uma questão de condição social, mas também de atitude da sociedade com relação à população negra.

O trecho selecionado da entrevista é essencial porque o entrevistado revela que após as capacitações foi possível enxergar a sutileza do racismo na sociedade brasileira, e que elas possibilitaram com que ele entendesse como são construídas as relações de poder. Outros são os exemplos do cotidiano escolar que sugerem um conflito velado que estabelece hierarquias sociais em hierarquias escolares. O professor de matemática e física expressa bem esse conflito quando ele supera a ideologia racista e percebe que há sim uma tensão nas relações estabelecidas entre os grupos sociais que compõem o ambiente escolar:

Existe uma população negra, que quer fingir que não sofre nenhum tipo de preconceito, e existe uma população branca que quer fingir que não exerce esse tipo de preconceito... É por conta disso, que, às vezes, fica um pouco tenso dentro da sala de aula.

Neste trecho o professor revela a tensão que aflora entre “brancos” e “negros” ao discutir a questão em sala de aula. Tal é o incentivo para a discussão desses temas que muitas vezes os conflitos velados se tornam visíveis em sala de aula. Os alunos negros muitas vezes se sentem incomodados em dizer o que passam cotidianamente na sala de aula. Para entender esse comportamento, é necessário retomar a ideia do *silêncio escolar*⁵ provocado pelo racismo introjetado em professores, alunos e os demais membros da comunidade escolar, diminuindo o rendimento e a participação dos jovens nas discussões. Tal silêncio acaba inibindo a curiosidade dos alunos devido ao medo da exposição quando se fala em público sobre esta questão.

Para esta pesquisa, os termos “branco” e “negro” são utilizados entre aspas, pois representam a essência do que seria a representação dos diferentes grupos sociais que compõem nossa sociedade. Neste sentido, a diferença cultural dos grupos humanos é compreendida como produto histórico-social e não justificaria a essencialização desses termos. Eles são produtos das relações de poder estabelecidas entre aqueles que se querem brancos e os que são sociologicamente classificados como negros. No Brasil, portanto, há que insistir na ideia de que não existe uma linha divisória que marque ou defina quem são os “negros” ou os “brancos”. A identificação ou classificação sociológica dos indivíduos é fruto de uma decisão política de cada um, que deve ser amparada pela história de vida de seus ascendentes.

⁵ Termo utilizado por Cavalleiro, E. (org). *Racismo e Antirracismo na Educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Selo Negro, 2001.

No país, a mestiçagem acabou criando *linhas de cor*, para citar Fonseca (2004), que operam a partir da lógica do degrade e dificultam o desenvolvimento de uma percepção crítica da sociedade brasileira sobre quem são os negros. Para lembrar o autor, essa noção acaba fragmentando a luta política da população negra em torno de suas demandas sociais, uma vez que as *linhas de cor* operam no Brasil, com o objetivo de embranquecer a população (por isso a utilização corrente de termos genéricos que se referem ao negro no Brasil).

Segundo o autor, a lógica da cor serviu para diversos fins, principalmente, *aos de fundo político, ideológico e econômico*. Em outro artigo, Fonseca *et al.* (2007), defini bem a questão do autorreconhecimento e do reconhecimento social da população negra no Brasil. Sobre o assunto o autor diz que:

A identidade negra é constituída no processo de exclusão social no qual essas populações são vítimas históricas. Assim, não é apenas a cor da pele ou os traços faciais (lábios, narinas, cor e formato dos olhos), nem se o cabelo é crespo ou não que fazem o sujeito identificar-se ou ser identificado como negro ou ainda, como é comumente chamado de “negro” ou “negra”. Com isso queremos dizer que a identidade negra (“negra”), euro-brasileira (“branca”), ou ameríndia (“indígena”) baseia-se na escolha política de cada um (sujeito social), sobretudo em uma sociedade como a nossa extremamente miscigenada (misturada). (FONSECA, 2007, p. 140-141).

Ou seja, o autor propõe que seja melhor pensar em identidades culturais baseadas em escolhas políticas. Neste caso, é preciso muito mais que combater o racismo introjetado, torna-se necessária uma prática pedagógica pautada na constante reflexão da questão racial brasileira dentro da sala de aula. Para alguns professores entrevistados, a “tensão” na sala de aula parece ter sido solucionada a partir da reflexão sobre o pertencimento racial deles mesmos. Observe abaixo a passagem que expressa a antiga “crise” da professora de português:

Porque eu já passei pela minha crise. “Nossa eu não sou branca, eu sou parda”. Ai eu fui analisando em mim, muito por conta das capacitações. “Por que eu sofri quando eu pensei que não era branca?” E minha avó é negra, meu avô é negro. Não teria nem porque ter tanto sofrimento em relação a isso. Mas tive.

No caso dos professores é possível perceber o efeito positivo causado pelas capacitações. Nesse processo de reflexão-ação, muitos se descobrem afro-brasileiros e passam a compreender a lógica da luta racial no Brasil.

Segundo Cavalleiro (2001), os principais fatores que geram a segregação são: a) o currículo escolar; b) a falta de formação docente para o trato da questão racial; c) o material didático-pedagógico; d) a minimização do problema racial; e) a distribuição desigual de estímulo e afeto; f)

negação da diversidade racial. Para a autora, é necessário que a escola brasileira se liberte da ideologia racial defendida pelo currículo eurocêntrico. Ou seja, a educação antirracista deve combater a folclorização da história dos afro-brasileiros, para permitir que crianças e jovens deixem de colaborar com as ideologias raciais presentes no nosso cotidiano.

Para Cavalleiro, o aluno negro deve deixar de “moldar-se” para ser aceito, pois quando o faz, ele acaba construindo uma identidade cultural forjada, que leva à alienação e não à luta política.

A autora também fala sobre o papel dos professores no combate ao racismo. Para ela, os educadores “neutralizam” as reclamações das crianças negras, é por isso que a escola se torna um “campo minado”. Neste sentido, a autora procura afirmar o quanto as escolas e os professores contribuem para silenciar as crianças e jovens negros frente às situações de discriminação.

Segundo a pesquisadora, o racismo presente na escola pode levar os alunos negros à apatia, timidez, escassa participação, submissão, contenção de gestos e falas ou, até mesmo, gerar agressividade. Tal situação de exclusão acaba aumentando a recusa desses alunos em ir para a escola que, conseqüentemente, acaba se consolidando no abandono precoce do sistema escolar.

Nilma Lino Gomes (2001) afirma que a luta antirracista deve fazer compreender que a escola é a instituição responsável pelo *trato pedagógico da cultura* e, claro, do conhecimento. Neste sentido, a preocupação da autora é com o tratamento que a escola tem dado à história e à cultura de tradição africana ou negra. Para ela:

Pensar a articulação entre educação, cidadania e raça significa ir além das discussões sobre temas transversais ou propostas curriculares emergentes. Representa o questionamento acerca da centralidade da questão racial na nossa prática pedagógica, nos projetos e nas políticas educacionais e na luta em prol de uma sociedade democrática que garanta a todos/as o direito de cidadania. (GOMES, 2001, p. 83-84).

A falta de materiais como livros científicos e livros didáticos sobre a questão racial nas escolas obriga professores a recorrerem aos mais diversos meios para se obter conhecimentos sobre o tema. Aos professores cabe também a tarefa de desconstruir ideologias criadas acerca do negro e do continente africano, que permeiam o imaginário de seus estudantes.

Concomitantemente, ao Estado há que se tornar obrigatório o dever de continuar ampliando o investimento em pesquisas e na criação de centros ou núcleos de pesquisa ligados ao tema, proporcionando assim, o aumento do número de banco de dados (monografias, dissertações e teses) sobre a história dos afro-brasileiros e da África. Os governos, portanto, devem sustentar um projeto pedagógico antirracista no sistema educacional brasileiro, desenvolvendo propostas efetivamente suficientes para o total populacional a partir de parcerias com os centros de pesquisas de nossas

universidades, organizações não governamentais e órgãos públicos como as assessorias e centros de referência para a cultura afro.

Veja como as políticas educacionais de caráter universal e o “eurocentrismo”, contido no currículo da escola brasileira, são analisados pela a autora:

Em alguns momentos, as práticas educativas que se pretendem iguais para todos acabam sendo as mais discriminatórias. Essa afirmação pode parecer paradoxal, mas, dependendo do discurso e da prática desenvolvida, pode-se incorrer no erro da homogeneização em detrimento do reconhecimento das diferenças. Partir do pressuposto de que os sujeitos presentes nas escolas são todos iguais e, por isso possuem uma uniformidade de aprendizagem, de culturas e de experiências, e os que não se identificam com esse padrão uniforme são defasados, especiais e lentos é incorrer em uma postura que, ao desqualificar uma referência, reproduz uma dominação. (GOMES, 2001, p. 86).

Assim como Silvério (2002), Hofbauer (2003) e Fonseca *et al.* (2007), Gomes (2001) afirma que quando se dá destaque à raça, não se está apelando para a pureza racial nem dando ênfase ao dado biológico, mas, sim, realçando o caráter político que essas diferenças assumem ao longo da história da humanidade. É por essa razão que a autora diz que a diferença racial é fruto da construção histórica da negação, do desprezo e do medo do diferente, sobretudo quando este se relaciona à herança ancestral africana. Neste sentido, a escola deve gerar um espaço onde haja o direito de se preservar a diversidade, o que deve ocorrer quando se amplia o universo sociocultural dos alunos e se rompe com o eurocentrismo que permeia os currículos.

Como se pode afirmar, o currículo assume uma importância muito grande na crítica da educação antirracista. Para Gomes (2001), o currículo é fundamental para a construção da identidade da criança e jovens negros, uma vez que educar significa desenvolver práticas pedagógicas que busquem dar ênfase às necessidades dos alunos.

No bojo desta discussão sobre a educação antirracista, Fonseca (2006) diz que é importante pensar na construção da identidade afro-brasileira para que as propostas políticas do movimento social não criem novas ideologias racistas no país. Segundo o autor, é necessário que as propostas de educação antirracistas, entre elas a Lei 10.639/03, tenham como função a compreensão do processo histórico e cultural de africanos e afro-brasileiros para que, diante deste conhecimento, *possamos retirar o véu mítico, místico desta África e destes africanos [...] Neste sentido, temos ciência que vamos fazer uma leitura sobre a África imaginária, construída há milênios* (FONSECA, 2006, p. 23).

Neste sentido, chega-se a questão que dá nome ao artigo. A educação antirracista é fundamental para a reversão do preconceito e a discriminação em sala de aula e, apesar de surgir no seio do movimento social enquanto proposta educativa tende a se firmar enquanto proposta político-pedagógica. Todos nós precisamos de uma educação antirracista para, enfim, acabarmos com as tensões “raciais” de nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

- CAVALLEIRO, E. Educação Antirracista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: _____. (Org.). *Racismo e antirracismo na Educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Selo Negro, 2001.
- FONSECA, D. J. A (re)invenção do cidadão de cor e da cidadania. *Cadernos CEAS*, Salvador-BA, n. 210, p. 65-83, mar./abr. 2004.
- _____. Relação Brasil X África: interpretações sobre a construção de uma identidade afro-brasileira e africana. *Revista Ethnos Brasil*, ano V, n. 5, p. 21-32, dez. 2006.
- FONSECA, D. J. *et al.* A terra e os desterrados: o negro em movimento – um estudo das ocupações, acampamentos e assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. In: SANTOS, Renato E. (Org.). *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- GOMES, N.L. Educação Cidadã, Etnia e Raça: o trato pedagógico da Diversidade. In: CAVALLEIRO, R. (Org.). *Racismo e antirracismo na Educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Selo Negro, 2001.
- GUIMARÃES, A. S. Alfredo. *Racismo e Antirracismo no Brasil*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 1990.
- HOFBAUER, A. Raça, Cultura e Identidade e o “Racismo à Brasileira”. In: BARBOSA, L.M.A. *et al.* (Orgs.). *De preto a afrodescendente: trajetos de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil*. São Carlos: EdUFSCAR, 2003. p. 51-68.
- SILVÉRIO, V. R. *et al.* *Racismo no Brasil*. São Paulo: Peirópolis; Abong, 2002. p. 89-104.

ABSTRACT

Think of a pre-university courses in Brazil. Despite being something so commonplace in the lives of Brazilian students who intend to enter into public and private universities, the analysis showed that they are the stage of the race read less population policy to achieve the university seats. The paper presents the political-pedagogical proposal of "pre-university courses for Blacks and Needy" drawn up by teachers and coordinators of the ONG Fonte, whose main goal is the inclusion of this population in higher education. The research reveals that the training of educators to work with the issue of combating racism, ends up creating an anti-racist pedagogy, paying close attention to discrimination and prejudice in the classroom.

Key words: Affirmative action, preparatory courses, racism.

*Recebido em agosto de 2011
Aprovado em outubro de 2011*